



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

**Informações Financeiras Preparadas de Acordo com
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicadas as
Instituições Financeiras**

30 de Setembro de 2014

ÍNDICE	Pág.
Comentário de Desempenho.....	1
Relatório dos Auditores Independentes	3
Informações Financeiras	
Balanços Patrimoniais.....	5
Demonstração dos Resultados.....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
Demonstração do Valor Adicionado.....	10
Notas Explicativas às Informações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional.....	11
Nota 2 . Apresentação das Informações Financeiras.....	11
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis.....	11
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa.....	14
Nota 5 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	14
Nota 6 . Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Crédito e Provisão para Perdas.....	16
Nota 7 . Créditos Tributários.....	18
Nota 8 . Outros Créditos - Diversos.....	19
Nota 9 . Imobilizado de Uso.....	19
Nota 10 . Imobilizado de Arrendamento.....	19
Nota 11 . Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	20
Nota 12 . Fiscais e Previdenciárias.....	20
Nota 13 . Outras Obrigações - Diversas.....	20
Nota 14 . Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.....	21
Nota 15 . Patrimônio Líquido.....	22
Nota 16 . Partes Relacionadas.....	23
Nota 17 . Outras Despesas Administrativas.....	24
Nota 18 . Despesas Tributárias.....	24
Nota 19 . Outras Receitas Operacionais.....	24
Nota 20 . Outras Despesas Operacionais.....	24
Nota 21 . Resultado não Operacional.....	24
Nota 22 . Imposto de Renda e Contribuição Social.....	25
Nota 23 . Outras Informações.....	25
Declaração dos Diretores sobre as Informações Financeiras.....	26
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	27
Anexo: Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	28

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as informações financeiras trimestrais da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2014, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de setembro de 2014 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.274 milhões (31/12/2013 - R\$5.034 milhões). O lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$293 milhões em comparação a R\$177 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 30 de setembro de 2014, os ativos totais atingiram R\$55.681 milhões. Desse montante, R\$41.843 milhões são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$8.161 milhões por títulos e valores mobiliários e R\$2.287 milhões pela carteira de arrendamento ao valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito.

O total dos recursos captados atingiu R\$47.618 milhões representado por debêntures.

Conjuntura Econômica

O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre (último dado disponível), divulgado em agosto de 2014, mostrou queda de 0,9% em comparação com o mesmo trimestre em 2013. Vale destacar que na margem o PIB recuou 0,6% após uma queda de 0,1% no primeiro trimestre, caracterizando, portanto, um cenário recessivo na primeira metade de 2014. Os investimentos recuaram 11,25% no segundo trimestre de 2014, comparado com o mesmo período do ano anterior, enquanto o consumo das famílias apresentou expansão tímida de 1,2%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o setor de serviços apresentou uma ligeira alta de 0,2%. Já o PIB industrial recuou 3,4% no período, e a agropecuária, permaneceu estável.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 6,75% no acumulado em 12 meses terminados em setembro de 2014, superando o teto da meta de inflação (que é de 6,5%). Os preços de serviços continuam como a principal fonte de pressão inflacionária. Após cinco meses mantendo a taxa Selic em 11,0% a.a., na reunião realizada em 29 de outubro, o Banco Central retomou o ciclo de alta da taxa de juros, aumentando a taxa Selic para 11,25% a.a. - o ciclo anterior de aumento da taxa básica de juros (Selic) de 375 bps, que ocorreu entre abril de 2013 e abril de 2014, contribuiu para a desaceleração do ritmo de crescimento da carteira de crédito. O estoque de crédito avançou 11,7% nos doze meses encerrados em setembro, após ter registrado crescimento de 15,7% em setembro 2013. O crédito imobiliário, que cresce ao redor de 30,0% continua impulsionando o crédito e superando a taxa de expansão das demais modalidades.

As exportações brasileiras mostraram ligeira queda de 0,6% no acumulado de 12 meses encerrados em setembro, somando US\$238,2 bilhões, enquanto as importações registraram queda de 1,2%, atingindo US\$234,7 bilhões. Dessa forma, o saldo da balança comercial ainda apresentou um resultado positivo de US\$3,5 bilhões.

O déficit em transações correntes totalizou US\$83,7 bilhões, no acumulado de 12 meses até setembro, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$66,5 bilhões. A taxa de câmbio encerrou setembro em R\$2,45/US\$, em razão em parte da tendência de desvalorização do real, dado a recuperação gradual nas economias avançadas.

Nas contas públicas, o fraco ritmo da atividade econômica e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, e o superávit primário acumula apenas 0,61% do PIB nos 12 meses encerrados em setembro de 2014. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 4,9% do PIB. A dívida líquida do setor público alcançou 35,9% do PIB ao final de setembro e a dívida bruta alcançou, no mesmo período, 61,7% do PIB.

Outras Informações

A Santander Leasing tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no período findo em 30 de setembro de 2014, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Barueri, 14 de Novembro de 2014

O Conselho de Administração

A Diretoria

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

A Sociedade registra suas operações e elabora suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, sendo que o Banco Central do Brasil, através da Circular nº 1429/89, requer o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às Informações Trimestrais - ITR. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.



Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto ao assunto mencionado no parágrafo de base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

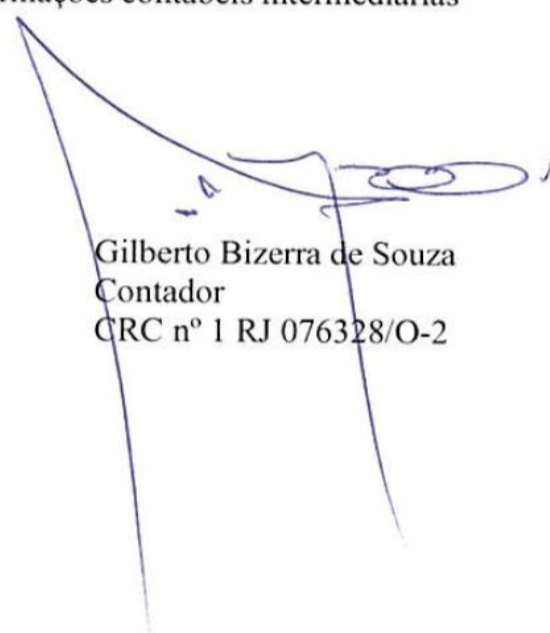
Demonstração intermediária do valor adicionado e do resultado abrangente

Revisamos, também, as demonstrações individuais do valor adicionado ("DVA"), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 e do resultado abrangente ("DRA"), referente ao trimestre e período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cujas apresentações nas informações intermediárias são requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de novembro de 2014



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

	Nota	30/09/2014	31/12/2013
Ativo Circulante		49.475.139	39.022.018
Disponibilidades	4&16.d	13.105	26.738
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	41.842.520	31.757.135
Aplicações no Mercado Aberto		36.597.467	15.286.409
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.245.053	16.470.726
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	7.443.690	6.979.634
Carteira Própria		7.442.411	6.928.567
Vinculados à Prestação de Garantias		1.279	51.067
Operações de Arrendamento Mercantil		(14.803)	(19.043)
Arrendamentos a Receber:			
Setor Público	6.b	857	1.084
Setor Privado	6.b	1.028.282	1.276.832
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.013.555)	(1.250.941)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(30.387)	(46.018)
Outros Créditos		186.492	271.034
Rendas a Receber		3	3
Créditos Tributários	7	186.123	264.366
Diversos	8	371	6.673
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(5)	(8)
Outros Valores e Bens		4.135	6.520
Outros Valores e Bens	6.b	5.208	6.670
(Provisões para Desvalorizações)	6.b	(1.930)	(2.161)
Despesas Antecipadas		857	2.011
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.567.628	3.733.197
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	-	1.162.049
Aplicações no Mercado Aberto		-	1.162.049
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	717.635	708.429
Carteira Própria		666.290	708.429
Vinculados à Prestação de Garantias		51.345	-
Operações de Arrendamento Mercantil		(36.075)	(43.900)
Arrendamentos a Receber:			
Setor Público	6.b	141	757
Setor Privado	6.b	1.026.568	1.158.048
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.018.020)	(1.141.092)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(44.764)	(61.613)
Outros Créditos		1.885.137	1.904.196
Créditos Tributários	7	436.570	477.260
Diversos	8	1.448.578	1.426.948
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(11)	(12)
Outros Valores e Bens		931	2.423
Despesas Antecipadas		931	2.423
Permanente		3.637.938	4.874.422
Investimentos		2	2
Participação em Coligada - no País		1	1
Outros Investimentos		2.017	2.017
(Provisões para Perdas)		(2.016)	(2.016)
Imobilizado de Uso	9	-	-
Imóveis de Uso		1.387	1.387
Outras Imobilizações de Uso		17	17
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)
Imobilizado de Arrendamento	6.b&10	3.637.936	4.874.420
Bens Arrendados		6.319.216	8.052.834
(Depreciações Acumuladas)		(2.681.280)	(3.178.414)
Total do Ativo		55.680.705	47.629.637

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivo Circulante		1.280.504	2.185.006
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b&16.d	-	353
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	353
Outras Obrigações		1.280.504	2.184.653
Sociais e Estatutárias		438	433
Fiscais e Previdenciárias	12	309.438	663.461
Diversas	13	970.628	1.520.759
Passivo Exigível a Longo Prazo		49.125.778	40.410.213
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11&16.d	47.618.223	38.647.624
Recursos de Debêntures		47.618.223	38.647.624
Outras Obrigações		1.507.555	1.762.589
Fiscais e Previdenciárias	12	1.034.692	1.062.144
Diversas	13	472.863	700.445
Patrimônio Líquido	15	5.274.423	5.034.418
Capital Social:			
De Domiciliados no País		4.720.030	4.720.030
Reservas de Lucros		450.124	354.048
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(30.766)	(39.660)
Lucros Acumulados		135.035	-
Total do Passivo		55.680.705	47.629.637

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

	Nota	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013 Ajustado	01/01 a 30/09/2013 Ajustado
Receitas da Intermediação Financeira		2.822.452	6.128.233	1.747.990	5.207.473
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾		1.501.972	2.695.640	1.055.943	3.223.470
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.320.484	3.432.612	692.056	1.983.988
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	16.d	(4)	(19)	(9)	15
Despesas da Intermediação Financeira		(2.680.527)	(5.913.589)	(1.726.947)	(5.005.941)
Operações de Captação no Mercado	16.d	(1.254.127)	(3.261.233)	(775.065)	(2.008.599)
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.433.630)	(2.675.388)	(970.955)	(3.047.377)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	7.230	23.032	19.073	50.035
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		141.925	214.644	21.043	201.532
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		66.991	11.028	(41.607)	(159.483)
Receitas de Prestação de Serviços		517	1.270	525	1.686
Rendas de Tarifas Bancárias		9	37	37	143
Outras Despesas Administrativas	17	(12.952)	(48.479)	(18.959)	(69.371)
Despesas Tributárias	18	(6.687)	(39.920)	(9.287)	(36.317)
Outras Receitas Operacionais	19	87.031	158.101	30.041	92.683
Outras Despesas Operacionais	20	(927)	(59.981)	(43.964)	(148.307)
Resultado Operacional		208.916	225.672	(20.564)	42.049
Resultado não Operacional ⁽¹⁾	21	2.472	183.231	12.667	134.501
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		211.388	408.903	(7.897)	176.550
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(76.353)	(116.382)	10.074	261
Provisão para Imposto de Renda		3.548	35.476	52.490	145.817
Provisão para Contribuição Social		(22.104)	(39.580)	4.494	(2.067)
Ativo Fiscal Diferido		(57.797)	(112.278)	(46.910)	(143.489)
Lucro Líquido		135.035	292.521	2.177	176.811
Nº de Ações (Mil)	15.a	11.044.653	11.044.653	11.044.653	11.044.653
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		12,23	26,49	0,20	16,01

(1) As rubricas foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		9.720.030	271.124	229.706	26.650	-	10.247.510
Redução de Capital	15.a	(5.000.000)	-	-	-	-	(5.000.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(57.931)	-	(57.931)
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	(229.706)	-	-	(229.706)
Lucro Líquido		-	-	-	-	176.811	176.811
Destinações:							
Reserva Legal		-	8.732	-	-	(8.732)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	(135.500)	(135.500)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	15.201	-	(15.201)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	15.201	-	(15.201)	-
Saldos em 30 de Setembro de 2013		4.720.030	279.856	30.402	(31.281)	2.177	5.001.184
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		4.720.030	282.046	72.002	(39.660)	-	5.034.418
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	8.894	-	8.894
Lucro Líquido		-	-	-	-	292.521	292.521
Destinações:							
Reserva Legal		-	7.874	-	-	(7.874)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	(61.410)	(61.410)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	44.101	-	(44.101)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	44.101	-	(44.101)	-
Saldos em 30 de Setembro de 2014		4.720.030	289.920	160.204	(30.766)	135.035	5.274.423

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		292.521	176.811
Ajustes ao Lucro Líquido		1.576.133	2.759.168
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	(23.032)	(50.035)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(122.294)	(331.860)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	14.c	23.105	102.182
Depreciações e Amortizações		761.156	1.138.941
Insuficiência de Depreciação	10	938.283	1.901.427
Provisão para Perdas em Outros Investimentos		-	1.200
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens		(242)	(417)
Resultado na Alienação de Valores e Bens		(843)	(2.270)
Variações em Ativos e Passivos		20.333.446	13.466.282
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		13.241.701	7.423.532
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(458.068)	5.944.798
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		(1.232.837)	(2.024.229)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(15.332)	277.141
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		2.646	6.225
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		8.970.599	2.008.599
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		21.010	53.477
Imposto Pago		(196.273)	(223.261)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		22.202.100	16.402.261
Atividades de Investimento			
Aquisição de Investimentos		-	(1.200)
Alienação de Bens não de Uso Próprio		1.502	3.497
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento		1.502	2.297
Atividades de Financiamento			
Redução de Capital	15.a	-	(5.000.000)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	15.b	(52.198)	(344.882)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(52.198)	(5.344.882)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		22.151.404	11.059.676
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	15.190.761	158.924
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	37.342.165	11.218.600

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

	Nota	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013 Ajustado	
Receitas da Intermediação Financeira ⁽¹⁾		6.128.233	5.207.473	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		1.307	1.829	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	23.032	50.035	
Outras Receitas e Despesas ⁽¹⁾		281.351	78.877	
Despesas da Intermediação Financeira		(5.936.621)	(5.055.976)	
Insumos de Terceiros		(48.479)	(69.371)	
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	17	(17.610)	(27.145)	
Outros		(30.869)	(42.226)	
Valor Adicionado Líquido Produzido a Distribuir		448.823	212.867	
Distribuição do Valor Adicionado				
Impostos, Taxas e Contribuições		156.302	36.056	16,9%
Federais		146.807	31.360	
Municipais		9.495	4.696	
Remuneração de Capitais Próprios		292.521	176.811	83,1%
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	61.410	135.500	
Reinvestimentos de Lucros		231.111	41.311	
Total		448.823	212.867	100,0%

(1) As rubricas foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI). A Santander Leasing têm suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Informações Financeiras Trimestrais (Informações Financeiras)

As informações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das informações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em 30 de setembro de 2013, para operações de arrendamento que foram quitados pelo arrendatário no final do contrato ou liquidados no prazo acima do limite mínimo exigido pela legislação vigente, a Santander Leasing alterou a apresentação do saldo correspondente ao resultado auferido na alienação de bens, que até 31 de dezembro de 2013 eram reconhecidos como resultado não operacional e passaram a ser registrados como resultado operacional, com efeito retrospectivo na demonstração de resultado e demonstração do valor adicionado, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), pronunciamento recepcionado pelo CMN e Bacen através da Resolução 4.007, de 25 de agosto de 2011. Referida alteração decorre da inclusão de nova cláusula no instrumento contratual que permitiu melhor segregação do fluxo contábil de alienações ocorridas junto ao arrendatário ou a um terceiro por este indicado.

As informações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 14 de novembro de 2014.

As informações financeiras intermediárias consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, elaboradas de acordo com o IAS 34 - informações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (atual denominação do IFRIC) (IFRS) do período findo em 30 de setembro de 2014, estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

g) Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para perdas das operações de arrendamentos e outros créditos com características de concessão de crédito são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

i.1) Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

i.2) Imobilizado de uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

i.3) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

i.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

i.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das informações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Leasing. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das informações financeiras (Nota 14.i).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas informações financeiras (Nota 14.a).

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Santander Leasing na reunião realizada em 14 de agosto de 2014.

m) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013	31/12/2012
Disponibilidades	13.105	26.738	26.605	29.890
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	37.329.060	15.164.023	11.191.995	129.034
Aplicações no Mercado Aberto	36.397.387	15.079.992	11.079.995	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	931.673	84.031	112.000	129.034
Total	37.342.165	15.190.761	11.218.600	158.924

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
l) Resumo da Carteira por Categorias

	30/09/2014		31/12/2013	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	3.938	-	3.938	39.798
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	36.139
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FIF	3.938	-	3.938	3.659
Títulos Disponíveis para Venda	8.211.163	(53.776)	8.157.387	7.648.265
Títulos Públicos	789.287	(53.776)	735.511	767.393
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	22.368
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	789.287	(53.776)	735.511	745.025
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	7.421.876	-	7.421.876	6.880.872
Total de Títulos e Valores Mobiliários	8.215.101	(53.776)	8.161.325	7.688.063
Circulante			7.443.690	6.979.634
Longo Prazo			717.635	708.429
Derivativos (Passivo)			-	(353)
Circulante			-	(353)

II) Abertura por Vencimento

	30/09/2014			
	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	3.938	-	-	3.938
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FIF	3.938	-	-	3.938
Títulos Disponíveis para Venda	7.421.876	17.876	717.635	8.157.387
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	17.876	717.635	735.511
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	7.421.876	-	-	7.421.876
Total	7.425.814	17.876	717.635	8.161.325

(1) Em 30 de setembro de 2014, está composto por aplicações em operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais em Letras do Tesouro Nacional - LTN no valor de R\$1.122.121 (31/12/2013 - R\$4.199.997), Notas do Tesouro Nacional - NTN B no valor de R\$5.164.340 (31/12/2013 - R\$2.199.998), Notas do Tesouro Nacional - NTN F no valor de R\$1.135.652 (31/12/2013 - R\$481.085) e valores a pagar no valor de R\$237 (31/12/2013 - R\$208).

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2013		
	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap" - Negociação		(33)	(353)
Ativo	1.536	-	1.536
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	1.536	-	1.536
Passivo	(1.856)	(33)	(1.889)
Taxa de Juros Pré - Reais	(1.856)	(33)	(1.889)

Em 30 de setembro de 2014, a Santander Leasing não apresenta operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2013, as operações de "swap" foram realizadas com partes relacionadas e negociadas através da Cetip, com vencimento de 3 a 12 meses, e o montante do diferencial do "swap" correspondia a um passivo no valor de R\$353.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais "hedges".

A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 30 de setembro de 2014, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	Exposições sujeitas à Variação de Taxas			
Taxa de Juros em Reais	Juros Pré - Fixadas	(2.811)	(89.506)	(188.144)
Total ⁽¹⁾		(2.811)	(89.506)	(188.144)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10 bps nas curvas de juros.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

6. Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas
a) Composição da Carteira ao Valor Presente

	30/09/2014	31/12/2013
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	2.285.445	2.761.912
Outros Créditos (Nota 8)	1.372	2.308
Total	2.286.817	2.764.220
Circulante	1.203.675	1.532.068
Longo Prazo	1.083.142	1.232.152

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	30/09/2014	31/12/2013
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	2.596.726	3.136.612
Arrendamentos a Receber	2.055.848	2.436.721
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	540.878	699.891
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.031.575)	(2.392.033)
Valores Residuais a Balancear	(540.878)	(699.891)
Bens não de Uso Próprio	3.278	4.509
Imobilizado de Arrendamento (Nota 10)	3.637.936	4.874.420
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 13)	(1.380.042)	(2.161.705)
Total da Carteira de Arrendamento ao Valor Presente	2.285.445	2.761.912

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$311.282 (31/12/2013 - R\$374.700)

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	30/09/2014	31/12/2013
Vencidas	49.589	74.350
A Vencer:		
Até 3 Meses	371.164	490.839
De 3 a 12 Meses	903.651	1.121.430
De 1 a 5 Anos	1.265.710	1.439.641
Acima de 5 Anos	6.612	10.352
Total	2.596.726	3.136.612

c) Carteira por Vencimento ao Valor Presente

	30/09/2014	31/12/2013
Vencidas	45.519	53.847
A Vencer:		
Até 3 Meses	364.693	497.360
De 3 a 12 Meses	838.982	1.034.708
De 1 a 5 Anos	1.032.955	1.171.605
Acima de 5 Anos	4.668	6.700
Total	2.286.817	2.764.220

d) Carteira por Setor de Atividades ao Valor Presente

	30/09/2014	31/12/2013
Setor Privado	2.284.594	2.760.171
Indústria	404.519	389.172
Comércio	272.696	322.970
Instituições Financeiras	5	10
Serviços e Outros	1.423.437	1.462.683
Pessoas Físicas	183.937	585.336
Setor Público	2.223	4.049
Governo Municipal	2.223	4.049
Total	2.286.817	2.764.220

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	30/09/2014				
	% Provisão	Carteira			Provisão
	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida
AA	-	1.200.083	-	1.200.083	-
A	0,5%	612.625	-	612.625	3.063
B	1%	272.138	14.885	287.023	2.870
C	3%	62.543	23.215	85.758	2.573
D	10%	10.088	9.942	20.030	2.003
E	30%	5.098	6.091	11.189	3.357
F	50%	6.882	3.332	10.214	5.107
G	70%	7.573	4.765	12.338	8.637
H	100%	21.057	26.500	47.557	47.557
Total		2.198.087	88.730	2.286.817	75.167

Nível de Risco	31/12/2013				
	% Provisão	Carteira			Provisão
	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida
AA	-	1.071.045	-	1.071.045	-
A	0,5%	1.007.187	-	1.007.187	5.036
B	1%	291.457	67.268	358.725	3.587
C	3%	104.521	74.319	178.840	5.363
D	10%	11.635	22.098	33.733	3.374
E	30%	9.334	11.454	20.788	6.236
F	50%	6.586	7.748	14.334	7.167
G	70%	2.344	6.590	8.934	6.254
H	100%	33.311	37.323	70.634	70.634
Total		2.537.420	226.800	2.764.220	107.651

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013
Saldo Inicial	107.651	198.910
Adições (Reversões)	(23.032)	(50.035)
Baixas	(9.452)	(16.256)
Saldo Final	75.167	132.619
Circulante	30.392	56.047
Longo Prazo	44.775	76.572
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	23.398	41.031

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

7. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	136.145	3.979	(4.562)	135.562
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	11.619	9.677	(8.568)	12.728
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	228.847	9.193	(28.278)	209.762
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	55	-	(24)	31
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação ⁽¹⁾	14	-	(14)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	29.664	-	(6.653)	23.011
Outras Provisões Temporárias	28.317	-	(5.976)	22.341
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	434.661	22.849	(54.075)	403.435
Prejuízos Fiscais	292.819	-	(87.707)	205.112
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
Total dos Créditos Tributários	741.626	22.849	(141.782)	622.693
Circulante	264.366			186.123
Longo Prazo	477.260			436.570

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos		Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	CSLL 18%	
2014	15.880	10.240	125	46.074	1.765	74.084
2015	37.242	28.642	500	70.620	12.381	149.385
2016	150.593	73.695	500	-	-	224.788
2017	23.493	18.818	500	37.518	-	80.329
2018	16.112	9.668	500	43.236	-	69.516
2019 a 2021	5.206	3.123	375	7.664	-	16.368
2022 a 2023	5.139	3.084	-	-	-	8.223
Total	253.665	147.270	2.500	205.112	14.146	622.693

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$547.696 (31/12/2013 - R\$642.447) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

8. Outros Créditos - Diversos

	30/092014	31/12/2013
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	792.456	727.692
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	99	234
Outros	27.268	23.197
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 14.h)	74.256	125.959
Impostos e Contribuições a Compensar	484.927	490.868
Pagamentos a Ressarcir	3.199	3.199
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 6.a)	1.372	2.308
Outros	65.372	60.164
Total	1.448.949	1.433.621
Circulante	371	6.673
Longo Prazo	1.448.578	1.426.948

9. Imobilizado de Uso

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, está composto, principalmente, por edificações.

10. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.b), e tem a seguinte composição:

	30/09/2014	31/12/2013
Veículos e Afins	3.684.462	5.425.310
Máquinas e Equipamentos	2.343.499	2.354.292
Aeronaves	69.839	61.450
Embarcações	2.500	2.757
Instalações	489	489
Imóveis	180	180
Móveis	12.453	11.395
Outros Bens	14.466	10.301
Depreciações Acumuladas	(3.822.008)	(5.257.425)
Superveniência de Depreciação	1.140.728	2.079.011
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	191.328	186.660
Total	3.637.936	4.874.420

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Santander Leasing. No terceiro trimestre de 2014 foi registrada uma insuficiência de depreciação no valor de R\$295.868 (2013 - R\$612.627) e no acumulado do período de R\$938.283 (2013 - R\$1.901.427), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

11. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão - R\$ Mil	Taxa de Juros (a.a.)	30/09/2014	31/12/2013
Debêntures	setembro-07	setembro-17	5.000.000	5.000.000	100,0% CDI	9.876.893	9.159.694
Debêntures ⁽³⁾	agosto-06	agosto-36	410.000	4.100.000	100,0% CDI	9.236.895	8.566.169
Debêntures	junho-07	junho-17	410.000	4.100.000	100,0% CDI	8.332.687	7.727.619
Debêntures ⁽¹⁾	junho-05	junho-35	150.000	1.500.000	100,0% CDI	4.088.433	3.791.556
Debêntures ⁽²⁾	março-06	março-36	150.000	1.500.000	100,0% CDI	3.591.318	3.330.539
Debêntures	setembro-05	setembro-20	120.000	1.200.000	100,0% CDI	3.120.271	2.893.696
Debêntures	abril-06	abril-21	100.000	1.000.000	100,0% CDI	2.336.965	2.167.269
Debêntures	junho-05	junho-20	400.000	400.000	100,0% CDI	1.090.249	1.011.082
Debêntures	julho-12	julho-32	500.000.000	5.000.000	100,0% CDI	6.004.558	5.568.544
Total						47.678.269	44.216.168
(-) Debêntures em							
Tesouraria	julho-12	julho-32	5.000.000	50.000	100,0% CDI	(60.046)	(5.568.544)
Total em Circulação (Longo Prazo)						47.618.223	38.647.624

(1) Em 7 de abril de 2014, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) a alteração do vencimento desta debênture de 1 de junho de 2015 para 1 de junho de 2035. Essa alteração foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 17 de janeiro de 2014 e pela Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) em 20 de janeiro de 2014.

(2) Em 2 de setembro de 2014, foi registrado na Jucesp a alteração do vencimento desta debênture de 1 de março de 2016 para 1 de março de 2036. Essa alteração foi aprovada na RCA realizada em 5 de agosto de 2014 e pela AGD em 6 de agosto de 2014.

(3) Em 6 de outubro de 2014, foi registrado na Jucesp a alteração do vencimento desta debênture de 1 de agosto de 2016 para 1 de agosto de 2036. Essa alteração foi aprovada na RCA realizada em 2 de setembro de 2014 e pela AGD em 3 de setembro de 2014.

12. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/09/2014	31/12/2013
Provisão para Tributos Diferidos	285.177	519.751
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.b)	968.663	1.051.541
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 14.h)	74.256	125.959
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	15.616	27.742
Impostos e Contribuições a Pagar	418	612
Total	1.344.130	1.725.605
Circulante	309.438	663.461
Longo Prazo	1.034.692	1.062.144

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2013	Realização	Saldo em 30/09/2014
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1	(1)	-
Superveniência de Arrendamento Mercantil	519.750	(234.573)	285.177
Total	519.751	(234.574)	285.177

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

13. Outras Obrigações - Diversas

	30/09/2014	31/12/2013
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6.b)	1.380.042	2.161.705
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14.b)	31.899	29.183
Provisão para Pagamentos a Efetuar	18.027	15.942
Outras	13.523	14.374
Total	1.443.491	2.221.204
Circulante	970.628	1.520.759
Longo Prazo	472.863	700.445

14. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**a) Ativos Contingentes**

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.j) .

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/09/2014	31/12/2013
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12)	968.663	1.051.541
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13)	31.899	29.183
Ações Trabalhistas	78	136
Ações Cíveis	31.821	29.047
Total	1.000.562	1.080.724

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/09/2014			01/01 a 30/09/2013		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	1.051.541	136	29.047	872.695	134	27.747
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(1.034)	(53)	24.192	79.035	-	23.147
Baixas por Pagamento	(81.844)	(5)	(21.418)	(3.230)	-	(22.652)
Saldo Final	968.663	78	31.821	948.500	134	28.242
Depósitos em Garantia - Outros						
Créditos	465.312	-	1.860	458.626	134	1.681
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	757	-	-
Total dos Depósitos em Garantia ⁽¹⁾	465.312	-	1.860	459.383	134	1.681

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

d) Provisões para Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Leasing com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Leasing tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$335.254 (31/12/2013 - R\$366.161): a Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$496.549 (31/12/2013 - R\$456.559): a Santander Leasing ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - Leasing - R\$34.043 (31/12/2013 - R\$39.744): discute-se a cobrança do IPVA incidente sobre os veículos arrendados, não pagos, no vencimento, pelos arrendatários.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

h) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$74.256 (31/12/2013 - R\$125.959), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 12) de responsabilidade de ex-controladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

i) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram em R\$174.481 e as cíveis em R\$11.056. Não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista.

15. Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

O capital social em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é composto por 11.044.653 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000.000, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 4 de janeiro de 2013. A redução do capital social foi aprovada pelo Bacen em 5 de fevereiro de 2013.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 31 de março de 2014, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a março de 2014, no valor de R\$61.410 (R\$0,00556016 em reais por ação e R\$0,00472613, líquido do imposto de renda, em reais por ação), o pagamento foi efetuado em 31 de março de 2014 e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado de exercício de 2014.

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de abril a junho de 2013, no valor de R\$27.500 (R\$0,00248989 em reais por ação e R\$0,00211641, líquido do imposto de renda, em reais por ação), o pagamento foi efetuado em 28 de junho de 2013 e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado de exercício de 2013.

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a março de 2013, no valor de R\$108.000 (R\$0,00977849 em reais por ação e R\$0,00831171, líquido do imposto de renda, em reais por ação), o pagamento foi efetuado em 28 de março de 2013 e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado de exercício de 2013.

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no valor total de R\$229.706 (R\$0,02079801 em reais por ação), sendo que o valor de R\$114.853 foi retirado da conta de reserva para equalização de dividendos e R\$114.853 da conta de reserva para reforço de capital de giro, o pagamento foi efetuado em 28 de março de 2013.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2014, no valor máximo de R\$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2014 e 2013, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Santander Leasing, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Santander Leasing; e

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 8.678.230 mil ações ordinárias equivalentes a 78,57% do capital social e participação indireta através do Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) de 2.365.566 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 99,99%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)			
	30/09/2014	31/12/2013	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Disponibilidades (Nota 4)	13.105	26.738	-	-	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	13.105	26.738	-	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de						
Liquidez ⁽¹⁾	41.842.520	32.919.184	1.104.997	2.839.272	646.455	1.572.008
Banco Santander ⁽³⁾	41.842.520	32.919.184	1.104.997	2.839.272	646.455	1.572.008
Recursos de Debêntures (Nota 11)	(47.618.223)	(38.647.624)	(1.254.127)	(3.261.233)	(775.065)	(2.008.599)
Banco Santander ⁽³⁾	(47.618.223)	(38.647.624)	(1.254.127)	(3.261.233)	(775.065)	(2.008.599)
Instrumentos Financeiros						
Derivativos (Nota 5.b)	-	(353)	(4)	(19)	(9)	15
Banco Santander ⁽³⁾	-	(353)	(4)	(19)	(9)	15
Valores a Pagar a Sociedades						
Ligadas ⁽²⁾	-	-	(4.690)	(18.231)	(8.566)	(31.986)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(4.690)	(18.231)	(8.566)	(31.986)

(1) Em 30 de setembro de 2014, estão compostos por aplicações no mercado aberto com vencimento em até 3 meses no valor de R\$36.397.387 (31/12/2013 - R\$15.079.992), de 3 a 12 meses no valor de R\$200.080 (31/12/2013 - R\$206.417) acima de 12 meses (31/12/2013 - R\$1.162.049) e depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor R\$931.673 (31/12/2013 - R\$163.679) e de 3 a 12 meses de R\$4.313.380 (31/12/2013 - R\$16.307.047).

(2) As despesas referem-se, principalmente, a despesas administrativas - convênio operacional.

(3) Controlador da Santander Leasing (Nota 16.c).

17. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Convênio Santander	4.012	17.553	8.150	30.596
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	5.698	17.610	8.760	27.145
Propaganda e Publicidade	558	5.773	-	4.280
Serviços do Sistema Financeiro	2.014	5.481	1.644	4.871
Outras	670	2.062	405	2.479
Total	12.952	48.479	18.959	69.371

18. Despesas Tributárias

	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Despesa com Cofins	21	9.229	2.030	14.020
Despesa com ISS	980	3.188	1.415	4.636
Despesa com PIS/Pasep	13	1.509	330	2.278
Atualizações de Impostos e Contribuições ⁽¹⁾	4.874	19.677	5.508	15.372
Outras	799	6.317	4	11
Total	6.687	39.920	9.287	36.317

(1) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

19. Outras Receitas Operacionais

	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Reversão de Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 14.c)	48.411	48.411	-	-
Trabalhistas (Nota 14.c)	-	53	(2)	-
Outras	1.887	2.738	(1.012)	1.890
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	3.097	11.146	4.923	17.816
Atualização de Depósitos Judiciais	14.630	46.286	14.673	33.384
Recuperação de Encargos e Despesas	3.417	16.466	5.059	17.359
Atualização de Impostos a Compensar	12.235	29.543	6.380	22.064
Outras	3.354	3.458	20	170
Total	87.031	158.101	30.041	92.683

20. Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 14.c)	(18.850)	-	14.314	46.709
Cíveis (Nota 14.c)	8.350	24.192	5.888	23.147
Outras	1.385	4.078	784	1.413
Comissões de Agenciamento	864	3.360	2.217	7.724
Descontos Concedidos	3.363	9.255	15.616	50.164
Gastos com Contratos em Atraso	1.044	4.400	(1.491)	4.167
Pagamento de Ações Judiciais	1.433	5.033	2.471	3.959
Comissão Fiança	425	2.111	245	1.454
Outras	2.913	7.552	3.920	9.570
Total	927	59.981	43.964	148.307

21. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação em leilões de bens retomados e quitação antecipada pelo arrendatário em prazo inferior a 24 meses do início do contrato de arrendamento.

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	211.388	408.903	(7.897)	176.550
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15.b)	-	(61.410)	-	(135.500)
Resultado antes dos Impostos	211.388	347.493	(7.897)	41.050
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(84.555)	(138.997)	3.159	(16.420)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	5.421	15.700	6.078	11.623
Demais Ajustes	2.781	6.915	837	5.058
Imposto de Renda e Contribuição Social	(76.353)	(116.382)	10.074	261

23. Outras Informações

As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado em conjunto com as informações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) declaram que discutiram, reviram e concordam com as Informações Financeiras pelo critério BRGAAP da Santander Leasing, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2014 e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Santander Leasing em 30 de Setembro de 2014:**Diretor Presidente**

Conrado Engel

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Oscar Rodriguez Herrero

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Santander Leasing, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2014, as Informações Financeiras pelo critério BRGAAP e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Santander Leasing em 30 de Setembro de 2014:**Diretor Presidente**

Conrado Engel

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Oscar Rodriguez Herrero

SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Lucro Líquido	135.035	292.521	2.177	176.811
Outros Resultados Abrangentes				
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(6.047)	15.548	143.325	(102.826)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.587	(6.654)	(61.329)	44.895
Resultado Abrangente	131.575	301.415	84.173	118.880
Atribuível à Controladora	131.575	301.415	84.173	118.880

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.